

A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO MECANISMO DE CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DOCENTE

Rosângela Cely Branco Lindoso - UFRPE

roxente@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa tomou como foco de estudo a política educacional de Pernambuco, que, desde 2006, vem implementando estratégias de regulação do trabalho docente através da instituição de uma política que inclui avaliação externa, bônus do desempenho educacional e atendimento de metas para as escolas públicas.

Considerando a relação, política, economia, sociedade e educação, partimos das categorias de análise do Materialismo Histórico Dialético: a categoria totalidade no âmbito universal, particular e singular e a categoria contradição. No âmbito universal, encontra-se o modo de produção capitalista, que por mediação vai criando o que Gramsci, 1978 denominou de nexos psicofísicos. No particular, a política de educação do estado de Pernambuco, inserida no Programa de Modernização da Gestão – Metas para a Educação (PMGP-ME). Tal política, por sua vez, expressa seus nexos psicofísicos com o singular, onde se encontra o gerencialismo expresso no direcionamento da Nova Gestão Pública (NGP), adotado pela gestão da política pernambucana. Nesse movimento, o trabalho docente objetivo é modificado pela articulação dos elementos da política e a técnica de gestão, causando enquanto efeitos diversos precarização, burocratização, proletarização e intensificação do trabalho docente, expressos nas subcategorias do trabalho.

A pesquisa tomou como campo empírico as Escolas de Referência de Ensino Médio (EREMs), localizadas nas diversas regiões político-administrativas do estado de PE, gerenciadas pelas 16 Gerências Regionais do Estado (GREs), localizadas em cada região do estado. O instrumento de pesquisa foi o questionário e a entrevista semiestruturada. Os sujeitos entrevistados foram 78 docentes (denominamos por D, seguido do número e da GRE, jurisdição a qual cada escola pertence). O critério de escolha dos sujeitos participantes deu-se a partir da aceitação em participar da pesquisa. Também realizamos análise de documentos da política, que produzem um contexto no qual o trabalho foi realizado.

A maioria dos docentes, 76,9%, encontra-se na faixa de idade entre 30 e 55 anos; 62,82% dos docentes são do gênero feminino. Quanto ao tempo de serviço, 41,02% dos entrevistados possuem mais de 15 anos de trabalho, são experientes. Sobre a formação, 75,64% dos docentes possuem especialização, 7,69% possuem mestrado e 2,5% possuem doutorado. Assim, podemos perceber que a maioria dos professores busca formação. Quanto ao regime de trabalho, 83,4% são efetivos/concursados e 16,6% trabalham por meio de minicontrato, sem direitos trabalhistas.

TEORIA DA REGULAÇÃO E NEXOS PSICOFÍSICOS

O conceito de regulação, aqui tratado, vem da economia, com a finalidade de relacionar educação e crises capitalistas, a procura de estabilizar a economia e a sociedade gerando um contexto favorável a acumulação do capital. Percebendo a relação entre educação, economia e política, que possuem uma dinâmica entre si.

A Teoria da Regulação tem uma questão subjacente que consiste na verificação de como as economias se expandem e se reproduzem, considerando as diferentes dinâmicas que permeiam as crises de acumulação do capital relacionadas aos antagonismos existentes no convívio social. Estudando o capitalismo a regulação tenta identificar como as ações sociais se modificam ou mantêm estruturas (BOYER, 1990).

Segundo Boyer (1990), o modo de regulação tem como consequência um conjunto de leis, princípios, regras, e regulamentos acordados coletivamente imprescindíveis ao processo de funcionamento, aqui trataremos a política de educação de Pernambuco e o gerencialismo enquanto técnica de trabalho. vivenciamos uma dinâmica potencializada pelo uso das tecnologias, a captura é psicofísica, ou seja, atinge o indivíduo não apenas fisicamente. O estado de esgotamento percebido pelos trabalhadores são indícios desse fenômeno.

Nesse movimento as políticas públicas são elementos estruturantes, inclusive no campo da educação. De acordo com Azevedo (2004), a política pública é uma construção social ligada a um sistema de crenças e valores estruturados a partir pressuposições epistemológicas, ontológicas e metodológicas. Para legitimar as ações propostas como políticas em ação, instrumentos de regulação entram como dispositivos de consenso, como é o caso da legislação e de discursos em prol da qualidade da educação. O trabalho docente, como elemento fundamental para educação, também sofre processos de regulação.

Mészáros (2002) estuda as transformações no mundo do trabalho e afirma que, a partir de determinações ontológicas para reprodução da existência, temos o sistema de mediação de primeira ordem (natureza natural-biológica), que corresponde a funções primárias estabelecidas no intercâmbio com a natureza, obtidas pela ontologia da singularidade humana no trabalho. Por esse intercâmbio, o homem se produz e se reproduz socialmente. O sistema de mediação de segunda ordem corresponde a um período determinado da história, ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle do metabolismo, que afetam profundamente as mediações de primeira ordem.

Para regular interesses contraditórios entre capital e trabalho, o capitalismo adota estratégias para enfrentar as resistências; neste texto, trabalhamos com a ideia apontada por Gramsci (1978, p. 311) de nexos psicofísicos. Segundo o autor, a passagem de determinada forma de trabalho à outra, através de mudanças no meio de produção, necessita de um trabalhador que se adeque à mudança e denomina essa adaptabilidade de “nexos psicofísicos”.

Gramsci (1978) observa que no fenômeno do americanismo estavam relacionadas esferas econômica, política e ideológica constituindo-se em um novo modo de vida, articulado à esfera produtiva no taylorismo e no fordismo. Esse fenômeno desloca o eixo dinâmico da economia mundial da Europa para os Estados Unidos.

O autor também identifica que determinado processo de organização de trabalho se relaciona a formas específicas de conduta, produto de uma construção histórica impondo transformações que vão do indivíduo à sociedade. Nas palavras de Gramsci (1978, p.324): A vida na indústria exige uma experiência geral, um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, nutrição, de habitação, de costumes, que não é algo inato, de natural, mas que exige ser adquirido.

Para entendimento do significado atribuído à expressão “nexos psicofísicos”, partimos da ideia de Gramsci (1978), que a afirma como a representação da realidade objetiva organizada no pensamento, ou seja, na subjetividade do sujeito (aqui especificamente, do docente). A atividade do docente existe duas vezes: uma como ideal (quando planeja) e outra como real (quando ensina).

CONCLUSÕES

A adaptação psicofísica serve para integrar dada organização produtiva a novos comportamentos motores (gestos, expressões, percepções) que subsidiem uma maneira de pensar e justifiquem determinada ação. Observamos que essa política, que se justifica na qualidade da educação, captura as subjetividades dos trabalhadores docentes e, com técnicas de trabalho, forja nexos psicofísicos que visam à adesão desses profissionais.

Tais nexos compreendem a objetividade e a subjetividade docente, ou seja, como o docente organiza seu pensamento sobre a realidade posta e onde se estabelecem as bases que o atingem, partindo da representação do real que partilha a sociedade.

Partindo do exposto, os nexos psicofísicos tentam construir no docente uma segunda natureza do capital, do universal – forma de produção capitalista – ao particular – políticas públicas de educação (que envolvem a avaliação em larga escala) aliadas a uma nova técnica de trabalho: o gerencialismo.

No singular, o trabalho docente é modificado pela política e técnicas gerenciais, expressando-se através das subcategorias articuladas: precarização, expressa na falta de condição de trabalho material e intelectual; proletarização, expressa na separação do trabalhador de seu trabalho, tanto técnica quanto ideologicamente, possibilitando a captura psíquica e física; e intensificação, expressa na ampliação da jornada de trabalho, através de pressões por resultados, levando à exaustão. O trabalho nesse sentido é fator de desumanização do trabalhador.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BOYER, R. **A teoria da regulação: os fundamentos**. Trad. Paulo Cohen. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. Trad. Renée B. Zicman. São Paulo: Nobel, 1990.

GRAMSCI, A. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.